

BRASIL

CONJUNTURA BRASILEIRA: A PANDEMIA EM MEIO AO DESMONTE DO ESTADO



FORA BOLSUNARO
...DA! POR UM GOVERNO POPULAR!

1

Introdução

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a infecção humana pelo novo coronavírus como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional. Quatro dias depois, em 3 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) publicou a Portaria N° 188, declarando uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional¹. Dois anos depois, os números de casos e óbitos no mundo e no Brasil oferecem uma dimensão deste desastre. Quanto aos casos, totaliza-se 495 milhões no mundo e 30 milhões no Brasil, correspondendo a 6,7% do total. Em relação aos óbitos foram registrados 6,17 milhões no mundo e mais de 660 mil no Brasil, correspondendo a 9% do total². Enquanto no mundo a mortalidade por milhão de habitantes foi em média de 720, no Brasil ela alcançou 2.932, ou seja, 4 vezes maior, resultando em uma calamidade que afetou diretamente a saúde e as condições de vida de milhões de pessoas no país.

Além de impactar na saúde da população, a pandemia sobrecarregou os sistemas de saúde, resultando em uma combinação de efeitos sociais, econômicos e na saúde mental incalculáveis, que agravam as desigualdades estruturais de nossa sociedade. Desse modo, o contexto social, econômico e político para o enfrentamento da pandemia teve um papel fundamental, de modo que governos de alguns países foram bem-sucedidos nas suas capacidades de enfrentamento e outros falharam seguidamente, apresentando os piores indicadores no mundo, com altas taxas de mortalidade.

O Brasil segue sendo o segundo no mundo em número de mortes, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Não por acaso, o Brasil também é um dos países de maior desigualdade social no mundo, o que amplia a vulnerabilidade de diferentes territórios e populações à pandemia (tais como favelas, comunidades indígenas e quilombolas, entre outras). Neste sentido, é fundamental compreender e contextualizar, através de dados e indicadores, a evolução da doença no país, sua dinâmica e as respostas governamentais para o acesso das pessoas aos serviços de saúde, bem como aos demais direitos sociais, com vista a conter os efeitos da pandemia. Através desse artigo, a Plataforma Mercosul Social e Solidário propicia um breve panorama do contexto da pandemia no Brasil, resgatando alguns aspectos da problemática no último ano.

1 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

2 Dados de 07.04.2022. By the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>.

2

O Impacto Social da Pandemia e o Desmonte do Estado

Na fase inicial da pandemia, foi declarada Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) e estabelecido o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COE-nCoV) como mecanismo nacional de gestão coordenada com funções de planejamento, organização, coordenação e articulação com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS além de divulgação de informações relativas à pandemia para a população dando os primeiros passos para o monitoramento e vigilância da doença. As ações iniciais, no entanto, foram seguidas de esforços variados e nada coordenados para uma melhor organização das ações da Atenção Primária em Saúde nos municípios. Igualmente, não houve sincronia na compra de respiradores, em um contexto de grande competição entre países, assim como para a expansão de leitos clínicos e de UTI, tanto no setor público, como no setor privado. A esta altura, as desigualdades estruturais já se evidenciavam, notadamente com o fato de mais de 90% dos municípios não disporem de recursos para o atendimento de casos graves de Covid-19, principalmente na Região Norte do país.



Neste período, apesar da adesão inicial da população ao distanciamento físico, houve um gradativo declínio dessa estratégia, que foi sistematicamente desqualificada como medida fundamental de redução da exposição e proteção coletiva contra o Coronavírus. Contribuiu para isso a ausência de campanhas governamentais de incentivo em todos níveis de governo (federal, estadual e municipal) além do combate às notícias falsas, que foram promovidas inclusive, pelo próprio Presidente da República e seus ministros. Tal fato demonstra que a falta de um planejamento governamental para conter o vírus e as mortes não foram frutos de despreparo, mas uma escolha deliberada do governo de Jair Bolsonaro que considera as vidas perdidas para a Covid-19 como meramente “descartáveis” e por isso sua recusa em coordenar um esforço nacional de enfrentamento da pandemia, ridicularizando a doença e as mortes e sabotando reiteradamente as medidas tomadas pelos governos estaduais e municipais, com declarações públicas imprecisas ou deliberadamente enganosas sobre prevenção, tratamentos e vacinas para a Covid-19, numa tentativa de desacreditar as recomendações científicas e as opiniões discordantes, alimentando, assim, a desinformação.

A intensificação do desmonte das políticas públicas, efeito da implementação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC 95/2016), que congela por 20 anos os gastos em áreas essenciais como a saúde pública, se conecta a um processo de destruição do país conduzido pelo atual presidente. Nossas riquezas nacionais – petróleo, pré-sal, água, estão sendo entregues às grandes corporações internacionais. E a Amazônia está sendo devastada velozmente (desmatamento, queimadas, apropriação de terras indígenas, garimpo), comprometendo perigosamente a vida das populações originárias e a biodiversidade mundial.

A desaceleração do crescimento econômico no país em adição às políticas econômicas de austeridade fiscal adotadas pelo governo tem contribuído, ainda mais, para o desmonte das políticas sociais no Brasil. Este processo de desmonte afetou não só o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas também o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), resultando no aprofundamento da pobreza e vulnerabilidade social vivenciado por muitas famílias brasileiras, indo na contramão da redução da desigualdade social e redistribuição de renda, experimentado no país entre os anos de 2003 e 2014.

O desmantelamento das políticas públicas no Brasil, especialmente aquelas voltadas para grupos mais vulneráveis, resultaram em uma estrutura pública extremamente frágil para o enfrentamento da mais grave crise sanitária e de saúde que o país já enfrentou.

A concepção Neoliberal de estado do atual governo concentra-se em diminuir investimentos públicos na esfera social e em desconstruir a estrutura de proteção social obtida com a Constituição de 1988, reduzindo os gastos com a seguridade e assistência social, a educação, a saúde, a CT&I e o apoio à agricultura familiar. Fundamentado nesse “estado mínimo”, são constantes as transferências dos serviços públicos para o setor privado, incluindo a exploração do meio ambiente nas áreas restritas à proteção de grupos populacionais indígenas da Amazônia.

Como consequência, tem-se um cenário de precariedade de vida que não se registrava desde os anos 90 do século passado. Atualmente, o país enfrenta forte recessão econômica com 11,2% de desemprego. Segundo o IBGE, 12 milhões de pessoas tem capacidade e gostariam de trabalhar,

mas, por diversos fatores, não procuraram emprego e/ou desistiram de procurar. Quando somado aos desempregados, esse contingente de pessoas fora do mercado de trabalho alcança a marca de 26,8 milhões de pessoas, número que permite uma melhor avaliação da magnitude do problema do desemprego no Brasil, onde 40% da população economicamente ativa estão na informalidade e a população sem nenhuma ocupação soma 74,9 milhões de pessoas. Pela primeira vez, metade da população brasileira em idade de trabalhar está fora do mercado de trabalho, 30 milhões sem carteira assinada e sem a cobertura de nenhum programa social.

Em um ano, a renda média da classe trabalhadora despencou 9,7%, chegando a R\$ 2.489, agravada pelo reajuste dos combustíveis e as pressões sobre os preços dos alimentos em razão da guerra na Ucrânia. Assim, é esperado que a renda continue em queda ao longo de 2022.

Segundo o IBGE, a proporção da população na extrema pobreza é de 5,7% e na pobreza 24,1%, mas esses percentuais podem ser maiores, visto que ao menos 44 milhões de famílias recebiam auxílio emergencial ou Bolsa Família entre 2020 e 2021 e atualmente apenas 14,5 milhões de famílias estão recebendo o Auxílio Brasil, benefício provisório substituto do Programa Bolsa Família que durou 18 anos. Isso significa que 29 milhões de famílias foram excluídas do recebimento do auxílio pelo governo federal, sem qualquer avaliação prévia.

Em março de 2022, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 1,62%, com destaque para a alta nos preços da gasolina, diesel, gás de cozinha e itens da cesta básica, aumentos que puxaram o índice para cima, acumulando uma inflação de 11,3%³, a maior alta desde 1994.

Diante desse cenário, o governo Bolsonaro adotou posturas fascistas e genocidas que só agravaram as consequências sociais da pandemia. A opção política de travar guerra contra a ciência, insistindo em um falso dilema entre salvar vidas ou salvar a economia, resultou em mortes, fome, desemprego, falta de condições para que trabalhadoras e trabalhadores pudessem seguir medidas sanitárias, ao passo que determinados setores aumentavam seus lucros. Entre estes setores está o agronegócio, base de apoio político do governo, que promove a monocultura, o latifúndio, a utilização massiva de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes modificadas geneticamente, sem garantir alimento para a população, uma vez que, os recordes de exportação de *commodities* andam lado a lado com o crescimento vertiginoso da fome no país.

2.1 Insegurança Alimentar

A insegurança alimentar e nutricional e a desigualdade no acesso à comida de verdade, agudizadas pela pandemia, somam-se ao recente histórico de desmantelamento de políticas públicas importantes para a garantia do direito à alimentação saudável e adequada. Como exemplo, tem-se a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019, uma instância consultiva da Presidência da República com expressiva participação da sociedade civil organizada, representando um importante âmbito de ressonância de demandas da sociedade e de papel estratégica na

3 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Estima-se que 19 milhões de pessoas ou 9% da população estejam em condições de fome e se o critério for ampliado para insegurança alimentar, onde se considera a indisponibilidade de, pelo menos, algum alimento básico, o retrato da crise acentua-se com 55% dos lares brasileiros vivenciando situações cotidianas de insegurança alimentar. Isso se traduz em 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar⁴. Entre os agricultores familiares e as comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, a proporção de domicílios atingidos chegou a 12% em 2021. As famílias chefiadas por mulheres e as pessoas negras sofreram mais com a falta de alimentos.

A elevada concentração de terra e o avanço do agronegócio para exportação têm dificultado a situação da agricultura familiar. As áreas para plantio foram reduzidas e é difícil o acesso a créditos e subsídios para a produção voltada para o mercado interno.

Outro fator ligado à insegurança alimentar é o acesso à água. Segundo o Instituto Trata Brasil, cerca de 35 milhões de pessoas não tem acesso à água potável e 100 milhões não contam com coleta de esgoto⁵. Populações de territórios rurais e tradicionais, bem como de bairros marginalizados, são as mais afetadas pela inexistência ou insuficiência de infraestrutura de saneamento e falta de água para beber, para a produção de alimentos e para o consumo diário.

Registra-se redução de 10,1% no consumo das famílias. Segundo dados do DIEESE, em março, o valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em todas as capitais, com variações que oscilaram entre 11,99% e 29,44%⁶. Quando se compara o custo da cesta básica e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador e a trabalhadora remunerado/a pelo piso nacional comprometeu em média, em março de 2022, 58,57% do rendimento de R\$ 1.212,00 para adquirir os produtos da cesta de alimentos, mais do que em fevereiro, quando o percentual foi de 56,11%. Em março de 2021, quando o salário mínimo era de R\$ 1.100,00, o percentual ficou em 53,71%.

A redução do poder de compra das famílias e a alta nos preços dos alimentos nos últimos 2 anos foram os principais fatores que levaram a retrações importantes no consumo alimentar, particularmente de alimentos nutricionalmente mais saudáveis. Tudo isso em meio a ambientes alimentares agressivos, repletos de alimentos ultraprocessados (de fácil acesso e baixo custo) e de forte ofensiva do lobby do agronegócio no Congresso Nacional que atualmente está empenhado em aprovar o “Pacote do Veneno”, o Projeto de Lei nº 6.299/2002, que altera vários dispositivos da atual Lei de Agrotóxicos (7.802/1989) e flexibiliza ainda mais o uso de agrotóxicos no Brasil, inclusive de substâncias cancerígenas, violando direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, como o direito à vida, à saúde, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à alimentação adequada.

4 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-o-brasil-chegou-ao-atual-cen%C3%A1rio-de-fome/a-60685226>

5 Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_do_Saneamento_2022/Relat%C3%B3rio_do_RS_2022.pdf

6 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202203.html>

Em fevereiro de 2022, a maioria dos deputados e deputadas federais votaram pela aprovação do referido PL, ignorando os apelos de instituições científicas públicas, órgãos técnicos, entidades representantes do Sistema Público de Saúde e organizações da sociedade civil que se manifestaram contrários ao “Pacote do Veneno”. O projeto agora está no Senado.

Tudo isso tem agravado a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional entre os mais vulneráveis e o resultado poderia ser ainda pior se não fosse o impacto positivo do auxílio emergencial, fruto de pressão popular e sindical sobre o Congresso Nacional. As parcelas de R\$ 600,00 pagas entre abril e agosto de 2020 foram importantes para a sobrevivência de boa parte da população e garantiram minimamente o consumo de itens básicos de alimentação. Mas a redução do valor das parcelas e a extinção do Bolsa Família, tem aprofundado os níveis de pobreza no país, sendo diminuído o montante de dinheiro em circulação, tornando ainda mais dramática a questão da fome no Brasil.

Nos primeiros meses de 2022, houve aumento de 23,2% no botijão de gás de cozinha e combustíveis com acúmulo de altas de 33,3% no mesmo período de 2021. A gasolina, que é o item de maior peso, teve alta de 42,71% em 12 meses. Já o etanol atinge 36,17%⁷.

É importante citar que esse aumento dos preços de alimentos provocado pelas políticas agrícola e agrária completamente equivocadas, juntamente com a elevação do preço de combustíveis em decorrência da política de preços da Petrobras⁸ têm provocado inflação no Brasil, retirando o poder de compra das famílias.

Neste contexto, ressaltar-se que o desmonte das políticas públicas e do CONSEA expõe, na pandemia Covid-19, a omissão do Estado na redução de desigualdades e no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional da população brasileira deixando as pessoas/famílias – já expostos às privações alimentares – mais vulneráveis à fome do que antes da pandemia.

2.2 Agravamento da Violência de Gênero

Durante a pandemia, a violência machista como o feminicídio e a violência doméstica, se agravou no contexto da pandemia. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 relativos à violência letal e sexual de meninas e mulheres no Brasil, em 2021, demonstram que, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, com um total de 1.319 feminicídios no país. Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de Covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável do gênero feminino⁹.

7 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/03/11/combustiveis-acumulam-alta-de-3333percent-dos-precos-em-12-meses-diz-ibge.ghtml>

8 Disponível em: <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/6171-pelo-fim-da-politica-de-paridade-com-os-precos-de-importacao-de-combustiveis>

9 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>



© Bianca Liège

Em todo o mundo, o Brasil registrou 75% das mortes maternas por Covid-19. E de acordo com o Observatório Obstétrico Brasileiro de Covid-19, as mortes maternas de mulheres negras foram 77% maiores do que as de mulheres brancas.

As urgências do cotidiano e as necessidades básicas aumentaram, expondo as mulheres de variadas formas e reiterando para estas, a marca do desamparo, da ausência de proteção social e de políticas públicas efetivas.

Além do aumento da violência com a redução da mobilidade, o fato das pessoas estarem mais tempo em casa escancarou a desigual na economia do cuidado, em que a responsabilidade e a sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, crianças e idosos ficaram a cargo das mulheres.

De forma geral, a pandemia intensificou as dinâmicas de desigualdade e responsabilização das mulheres com a vida conformando uma espécie de amortecedor dos efeitos da violência do estado na sociedade. E essa intensificação violenta do trabalho e do cuidado no cotidiano das mulheres está diretamente relacionada com a ausência de responsabilidade do Estado com as populações empobrecidas.

O aumento da violência doméstica e dos casos de feminicídio no Brasil refletem o desmonte das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Antes do atual governo, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) criou uma rede para enfrentamento da violência contra as mulheres através das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), dos Centros de Referência (CRAS, CREAS) que constituíam portas de entrada para as mulheres em situação de violência buscarem ajuda, assim como as Unidades Básicas de Saúde e a Defensoria Pública. No entanto, apesar de haver essa estrutura, a rede de proteção foi afetada pela não aplicação de recursos públicos e reiterados cortes nos orçamentos das políticas sociais voltadas para as mulheres.

Da mesma forma, a falta de assistência, proteção social e políticas públicas deixou a população LGBTQIA+ ainda mais vulnerável durante a crise sanitária. A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais informou que 80 pessoas transgênero foram mortas no Brasil somente no primeiro semestre de 2021. Além disso, agressões físicas, ameaças, discriminação e marginalização social alimentaram um ciclo de violência que impediu as pessoas LGBTI de usufruírem de seus direitos com segurança.

2.3 Educação

O ensino público foi ministrado de forma remota (não presencial) em grande parte do Brasil até maio de 2021. Problemas relacionados à falta de acesso à internet e aos equipamentos eletrônicos necessários para realizar atividades online foram alguns dos motivos para o aumento das taxas de evasão escolar, especialmente entre os estudantes do ensino público, que abrange as camadas mais pobres da população.

A vacinação dos profissionais da educação somente começou em junho, quando as escolas públicas estavam reabrindo. Porém, a infraestrutura de muitas escolas não garantiu um retorno seguro com base nos protocolos sanitários. Enquanto o abastecimento de água, acesso ao saneamento básico e à internet não eram uma realidade em todas as escolas públicas do Brasil, visto que o financiamento de tais ações tem sofrido drásticos e sucessivos cortes desde 2019.

Por sua vez, em 2021, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal forma de ingresso nas instituições de ensino superior, registrou o menor número de candidatos em 13 anos, com uma queda de 77,4% no número de inscritos com renda de até três salários mínimos.

Desde 28 de março de 2022, o ministério da educação está sob o comando de um Ministro interino que assumiu a pasta após o afastamento do então ministro Milton Ribeiro, após a imprensa revelar uma sequência de denúncias sobre a existência de um gabinete paralelo de pastores evangélicos dentro do Ministério da Educação atuando na intermediação de recursos do Fundo Nacional de Educação (FNDE) para Prefeituras municipais através da cobrança de propina para a liberação das verbas públicas.

2.4 A saúde no contexto da pandemia

Até março de 2022, morreram no Brasil mais de 661.000 pessoas em consequência da Covid-19. De acordo com o grupo Alerta, uma coalizão de ONGs, 120.000 mortes poderiam ter sido evitadas até março de 2021 se o governo não tivesse ignorado reiteradamente as evidências científicas e se omitido de coordenar estratégias nacionais para impedir a propagação do Coronavírus. Nesse período, a testagem e monitoramento das taxas de infecção da população, a aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, o aumento dos leitos de internação e unidades de terapia intensiva foram insuficientes e liberados tardiamente, principalmente nos equipamentos públicos de saúde.

Em janeiro de 2021, pessoas morreram no estado do Amazonas em decorrência da falta de oxigênio nos hospitais. A escassez de medicamentos necessários para a intubação dos doentes mais graves submeteu os pacientes, seus familiares e os profissionais de saúde a situações de estresse e sofrimento. O descaso do governo com as desigualdades socioeconômicas e territoriais, que no Brasil estão relacionadas às desigualdades raciais, fez com que as pessoas negras e as que vivem em situação de pobreza tivessem as maiores taxas de mortalidade. Elas foram especialmente afetadas pela escassez de leitos de terapia intensiva nas instituições públicas de saúde, e muitas morreram em instalações pré-hospitais à espera de admissão em unidades de cuidados especializados.

Ainda em janeiro de 2021 foi iniciada no Brasil a campanha de vacinação contra a Covid-19. Inicialmente, com um pequeno número de doses disponível (6,2 milhões), e somente a partir do mês de março o país conseguiu chegar a um volume suficiente para acelerar o processo de vacinação (27,5 milhões). Esse avanço, contudo, não ocorreu na quantidade e velocidade necessárias para impedir o rápido crescimento do número de casos, internações e óbitos, ocasionando o colapso do sistema de saúde, que atingiu o país entre março e junho daquele ano. Assim, mesmo possuindo um Programa Nacional de Imunizações com mais de 40 anos de experiência na oferta de vacinas seguras e eficazes para todos os grupos populacionais do país, a escassez de doses no início da pandemia, a divergência de calendários vacinais e a falta de critérios de priorização de grupos vacinais entre os estados e municípios provocou atrasos no Programa de Vacinação e comprometeu a aplicação das segundas doses.

Em abril de 2021, o Senado instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações e omissões do governo brasileiro na coordenação da pandemia de Covid-19. As investigações sobre a má gestão da crise sanitária pelo governo Jair Bolsonaro incluíram casos de corrupção, colapso dos sistemas de saúde público e privado, negligência com a aquisição de vacinas e danos causados pela falta de políticas públicas eficazes para enfrentar a crise social.

As investigações conduzidas pela CPI indicaram que as ações governamentais para adquirir as vacinas contra a Covid-19 e a implementação do programa de vacinação careciam de coordenação, eficiência e comprometimento com as evidências científicas. A negligência do governo nas negociações com as empresas farmacêuticas e com a iniciativa COVAX atrasou a implementação de um plano de vacinação eficaz. Além da escassez de vacinas, a falta de coordenação e planejamento em nível nacional e estadual resultou em atrasos e interrupções no programa de vacinação ao longo do ano e em inconsistências no cronograma, na disponibilização dos imunizantes e no consenso sobre a cobertura dos grupos prioritários.

Em dezembro de 2021 se inicia no país uma nova “onda” da pandemia, coincidindo com o período de festas de fim de ano, relaxamento de medidas de restrição à mobilidade e a introdução no país da variante Ômicron, que rapidamente se tornou predominante. Esta fase foi marcada também por uma epidemia de vírus Influenza A em vários municípios, o que levou ao aumento dos casos de síndrome gripal (SRAG). Ao mesmo tempo, durante várias semanas a recepção de dados de vigilância foi interrompida, comprometendo o monitoramento e análise da evolução da pandemia. O Ministério sofreu um “apagão de dados” até hoje não esclarecido. Nesta fase houve um acelerado aumento no número

de casos e elevação no número de óbitos, ainda que em menores proporções, com taxas de mortalidade e letalidade mais baixas do que nas fases anteriores. Também nesse período as internações de crianças cresceram em níveis preocupantes, ao mesmo tempo em que a vacinação desse público é colocada sob dúvidas infundadas quanto a sua eficácia e segurança.

Em que pese o discurso negacionista a respeito da vacinação, alimentado inclusive por gestores públicos, a cobertura vacinal segue aumentando no país, e se encontra acima daquela observada em países como os Estados Unidos ou Alemanha (quase 80%). O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil demonstra capacidade de atender toda a população e conquista credibilidade nacional.

2.5 Meio Ambiente em Risco

Segundo a ONG Imazon, em agosto de 2021 a Amazônia brasileira teve a maior taxa de desmatamento para o mesmo período em 10 anos. Entre janeiro e dezembro, foram desmatados 10.362 km² de floresta, 29% a mais que em 2020. Os incêndios também aumentaram na região amazônica e em outros biomas ricos em biodiversidade ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro continuou inativando as agências e mecanismos de proteção ambiental. Nesse sentido, o Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais perdeu parte de seu financiamento e teve redução dos investimentos voltados à prevenção e controle do desmatamento e das queimadas nos biomas brasileiros.

O direito ao meio ambiente saudável consagrado na Constituição brasileira também é atacado pelo Poder Legislativo. A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.729/2004, que, se aprovado pelo Senado, facilitará a emissão de licenças ambientais para atividades de exploração em áreas de proteção ambiental. O Projeto de Lei 2.633/2020 também tramita na Câmara dos Deputados e, caso aprovado, poderá permitir a regularização fundiária de ocupações ilegais de terras públicas.

Os abusos de direitos humanos e ambientais são causados pelos exploradores dos recursos naturais que se apoiam na corrupção do sistema político e na complacência do Governo Federal. Os registros mostram o aumento dos crimes contra as populações indígenas que defendem seus territórios e tem aumentado a contaminação dos rios amazônicos com mercúrio pelos garimpos ilegais. Pesquisa recente realizada pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) com apoio da Fiocruz e WWF detectou que 75% da população do município de Santarém, no estado do Pará, está contaminada por esse metal pesado. E mesmo distante cerca de 300 km dos garimpos ilegais do Rio Tapajós, os moradores da zona urbana apresentaram níveis de contaminação por mercúrio até quatro vezes maiores do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) enquanto a população ribeirinha apresentou 90% de contaminação ocasionada pelo consumo de pescados contaminados pelos garimpos ilegais¹⁰.

10 Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/75-da-populacao-de-santarem-contaminada-por-mercúrio-do-garimpo/>